

---

## Imigração e identidade nacional. Considerações sobre etnicidade, modernidade e ressentimento.

*José Carlos Almeida<sup>1</sup>*

### Resumo

Portugal tem-se tornado recentemente num destino atractivo para a imigração à medida que a economia portuguesa se moderniza e se desenvolvem grandes projectos de construção. Embora etnicidade e racismo tenham captado recentemente uma maior atenção do público e dos académicos, muitos estudos têm-se centrado nos processos de imigração e de reconstrução de identidade dos grupos imigrantes, nomeadamente dos PALOP (Baganha, 1997; França, 1992; Machado, 1997; Malheiros, 1996; Saint-Maurice, 1997 e outros).

As migrações envolvem hoje diferentes tipos de pessoas e motivações, com diferentes métodos de inserção nas sociedades de acolhimento, influenciados e geridos por diferentes agências e instituições, pelo que se defende cada vez mais uma abordagem que focalize não só a medição e registo dos fluxos populacionais mas, também, a análise das consequências sociais e políticas da imigração e das respostas da maioria. Seguindo alguns autores como Fenton (2003) Wiewiorka (1994) e Rattansi & Westwood (1994), argumenta-se que estas respostas que, por vezes, aparecem sob a forma de racismo-nacionalismo fundidos, poderão, nalguns sectores da população, à medida que algumas características dominantes da conjuntura política e económica mudam, estar relacionadas com um sentimento de *ressentimento* em relação à modernidade. A imagem do Portugal *multicultural* emerge num contexto de fortes mudanças económicas, sociais e culturais que podem constituir a fonte de algumas ansiedades, nomeadamente em relação aos *nostros* modos de vida, à *nostra* terra, ao *nosso* povo e à *nostra* nação.

### Modernidade, mudança social, e *ressentimento*.

Wiewiorka (1994), Rattansi & Westwood (1994) e Steve Fenton (2003) entre outros, têm escrito bastante sobre mudança e modernidade, chamando nomeadamente a atenção para as ambivalências em relação à modernidade que surgem em determinados contextos e que influenciam a mobilização da maioria étnica e a politização da identidade nacional.

Como diz Rattansi, esta ambivalência,

*«é gerada não pela ocupação do primeiro termo do binário entre 'ordem' e 'caos', mas sim ao habitar ambos os termos em simultâneo – existe uma procura pela ordem enquanto que, ao mesmo tempo, regista-se uma excitação e ansiedade produzidas pela mudança rápida e a proliferação de escolhas inerente nas configurações discursivas e institucionais da modernidade»* (Rattansi, 1994: p25).

O problema é que muitas vezes, esta ambivalência é expressa identificando um ou mais grupos como fonte desta ambivalência. À medida que Portugal se vai tornando numa sociedade de imigração, os nacionais percebem certos grupos como estrangeiros excessivamente diferentes e, geralmente, como culturalmente mais pobres ou mais *atrasados*. Esse é principalmente o caso dos imigrantes africanos ou asiático. Os imigrantes americanos ou europeus, por sua vez, parecem ser vistos como tanto ou mais ricos e culturalmente muito mais desenvolvidos (Almeida, 2004a; Bastos & Bastos, 1999; Covas, 2004; Vala et al, 1999). Enquanto alguns grupos podem ser identificados como sendo demasiado bem-sucedidos, outros podem ser vistos como se estivessem a *falhar* nalgum aspecto. Historicamente, em Portugal, ao mesmo tempo que os judeus têm sido encarados de forma geral como demasiadamente bem-sucedidos os ciganos são tradicionalmente vistos de forma oposta.

O que autores como Wiewiorka (1994) chamam a atenção é que o racismo pode estar relacionado com os *descontentamentos* e a *nostra* disposição face à modernidade, sobretudo

---

<sup>1</sup> Instituto Piaget

devido aos efeitos do que ele chama de 'era da desestruturação' que corresponde a uma crise na modernidade e que se manifesta em 3 dimensões relacionadas: o declínio de movimentos sociais, nomeadamente, do movimento sindical; os falhanços do Estado, ou as dificuldades orçamentais crescentes dos Estados em assegurarem a manutenção dos subsídios de desemprego e outros; a politização da identidade nacional como sentimento comunal que tem emergido em muitos países da Europa sob a forma de importantes debates sobre identidade nacional e cidadania. A forma como estas três dimensões se articulam numa «grande mutation» (Wieviorka, 1994: 178) provoca consequências de ordem institucional, cultural e política.

Em muitas sociedades o processo de modernização tem sido feito à custa dos tradicionais modos de subsistência rurais, provocando grandes reorientações na estrutura de classes e, nomeadamente, uma diminuição do movimento sindical. Este processo é marcado por grandes reorganizações da produção, que inclui fecho de fábricas e negócios e o declínio de profissões tradicionais<sup>2</sup>.

Isto é acompanhado também pelo enfraquecimento da capacidade ou vontade do Estado para amortecer o impacto das rápidas mudanças no industrialismo capitalista, deixando espaço aberto para a emergência do populismo e racismo (Fenton, 2003). Devido às inseguranças que as revisões dos planos de segurança social, e outros podem trazer, os imigrantes e minorias podem ser o alvo de políticas e discursos populistas encarando as minorias como um fardo para o Estado e como sendo beneficiários não-merecedores dos sistemas estatais.

Esta desestruturação pode provocar, assim, o aparecimento da questão da identidade nacional associada ao racismo e à xenofobia e não à abertura, ao progresso, à razão e à democracia. Da mesma maneira, esta desestruturação dá origem a uma crescente expressão de identidades comunais que podem ser nacionais, étnicas, religiosas ou regionais (Wieviorka, 1994; Fenton, 2004).

Partindo de Max Scheler, estes autores (Wieviorka, 1994; Rattansi & Westwood, 1994; Fenton, 2003) argumentam que as ideias em torno da nação podem estar, em circunstâncias particulares e em contextos sociais particulares, estar associados com o que Scheler chamou de *ressentimento*<sup>3</sup>, um sentimento continuado de mudanças não desejadas, frustração e revolta, em paralelo com um sentimento de impotência daqueles que se sentem violados pelo liberalismo permissivo e dos que consideram que o respeito por determinados valores está irremediavelmente perdido. Este *ressentimento* pode manifestar-se em posições amargas em relação à sexualidade, à família, à disciplina da escola, ao castigo e ao crime, entre outras.

*«O culto de Durkheim do indivíduo tem ido mais além do que nós podemos ter imaginado, introduzindo novas exigências no respeito pelas diferenças individuais – de origem étnica, de religião, de sexualidade e de competência. Mas este progresso do individualismo moral é constantemente encarado não apenas como diferença de opinião, mas como algo horroroso, que fundamentalmente contradiz os nossos modos e estilos e vida»* (Fenton, 2004: 72, ênfase do autor).

---

<sup>2</sup> Nos países mais ricos, os números da população envolvida em actividades relacionadas com a manufactura e exploração mineira, por exemplo, caíram vertiginosamente, enquanto uma classe profissional e comercial cresceu para cerca de 40% da força de trabalho (Fenton, 2003).

<sup>3</sup> Na Inglaterra e noutros países como na França, este sentimento de *ressentimento* foi historicamente essencial para a emergência dum sentimento nacional e uma ideia de nação (Greenfeld, 1993). Em Portugal, é também possível identificar este sentimento, nomeadamente, em relação ao Ultimatum Britânico em finais do século XIX, em que a dependência de Portugal face à Inglaterra era encarada como um tipo de «pecado original» o que explicaria a bastardização da alma nacional, a perda do império, quer no Brasil ou em África, ou a lentidão do desenvolvimento nacional. O estado de decadência era visto como sendo devido à ganância das grandes potências como a Inglaterra, a «perfidious Albion» na expressão de Almeida Garrett, responsável por «nevoeiros britânicos», neblinas terríveis, em que a *nau lusitana* afundou (Telo, 1997). Também durante o Estado Novo o regime desenvolveu um *nacionalismo de reacção* em que a ideia de *nação espiritual e rural* teve um papel distintivo principal em oposição à industrialização e modernização e aos valores democráticos e liberais dos seus vizinhos europeus e ocidentais, encarados como causas anteriores da *decadência nacional* (Almeida, 2004a).

Em vários países estes elementos são, por vezes, encarados como uma crise de valores<sup>4</sup> e da *identidade nacional* provocada pela mudança social incontável. A modernidade pode aparecer, assim, como o grande Satã que ameaça o mundo que conhecemos, sendo este mundo percebido dentro de um enquadramento étnico.

### **Maioria, minoria étnica e a fusão de racismo-nacionalismo**

Apesar de ser claro que existe uma relação entre identidades nacionais e étnicas, o termo maioria étnica tem sido menos usado e investigado que o de minoria étnica apesar de o primeiro ser influenciado pelas implicações lógicas e sociológicas do segundo. Quer um quer outro estão intimamente relacionados com as mudanças sociais e morais que advêm da *modernidade capitalista tardia* (Fenton, 2004).

As ideias de nação, de quem lhe pertence e de quem não lhe pertence são essenciais para a constituição dos grupos étnicos. Se bem que esta não seja uma definição meramente reactiva, o certo é que não haverá minoria étnica sem a existência duma maioria étnica e os grupos definem-se a si próprios, muitas vezes, em situações em que os outros os definem com expressões de hostilidade, suspeição e rejeição. E onde uma auto-imagem nacional é fortalecida<sup>5</sup>, existe um efeito simultâneo de abertamente ou tacitamente excluir indivíduos definidos como *outros* (Fenton, 2003).

Steve Fenton sugere também que à medida que algumas características dominantes da conjuntura política e económica mudam, um ressentimento em relação à modernidade pode aparecer juntamente com o racismo-nacionalismo fundido, composto, geralmente, por 4 elementos: um sentido de mudanças sociais não desejadas<sup>6</sup>; uma etnicidade latente identificando-se como nação; um grupo, um estrato social ou classe a experimentar um sentimento de ameaça, incluindo um desencantamento com a modernidade; e ainda a identificação de uma ou mais identidades como profundamente diferentes, olhadas com desdém, como causa das patologias sociais (Fenton, 2003).

Uma das características mais importantes do processo de modernização e mudança social em Portugal tem sido o crescimento da diversidade cultural, trazida pelo aumento dos fluxos migratórios nos últimos 30 anos. Muitos dos símbolos da nova modernidade foram construídas precisamente com o recurso massivo a mão-de-obra imigrante. Ao mesmo tempo que Portugal (re)constrói a ideia de um Portugal cosmopolita assente nas ideias lusotropicalistas, alguns grupos continuam chamar a atenção para as suas experiências de exclusão e a reivindicar mais participação (Almeida, 2004a).

Ora é quando se sente ameaçada por vários motivos, incluindo as reivindicações de inclusão das minorias que a maioria étnica se pode mobilizar, aparecendo assim, o racismo e o nacionalismo fundidos. Este racismo-nacionalismo fundido pode aparecer, em determinados sectores de população, em paralelo com atitudes de *ressentimento* em relação à modernidade, à medida que as conjunturas económicas e políticas mudam<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> A recente recusa da entrada do *borndiep* da associação *Women on Waves* com o argumento de fazer respeitar as leis nacionais e de que se o Estado não actuasse perderia autoridade moral «para amanhã combater a pesca ilegal, o tráfico de droga e a imigração clandestina» (*Visão*, 2/09/2004) reabriu o debate sobre a legalização do aborto em Portugal que divide a sociedade portuguesa.

<sup>5</sup> Portugal terminou recentemente um longo processo de comemoração da história nacional que foi uma prioridade na agenda política de vários governos. A organização de grandes eventos como a Expo'98 ou a o Europeu de Futebol são apresentados também como *projectos nacionais* e oportunidades para promover a imagem de um Portugal moderno, coeso e com capacidade de realização tão boa ou melhor que os seus vizinhos (Almeida, 2004a).

<sup>6</sup> Que podem incluir não só os encerramentos de fábricas e a perda de postos de trabalho mas também, por exemplo, os descontentamentos dos agricultores face aos enterramentos de fruta ou as limitações à cultura dos campos e à pesca nos mares, etc.

<sup>7</sup> Ao mesmo tempo que líderes ocidentais como Bush ou Blair afirmavam que a "guerra ao terrorismo" não é uma guerra contra os Muçulmanos, o Primeiro-ministro Italiano, Silvio Berlusconi referia que o problema para o Ocidente não é o terrorismo ou o fundamentalismo Islâmico mas sim o Islão, ou seja, uma civilização rival e inferior. Numa altura em que a polémica em torno do *Choque de Civilizações* estava a recrudescer, os eventos de 11 de Setembro influenciaram os debates sobre racismo, migrações,

## A mobilização da maioria e a politização da identidade nacional

Existem muitos exemplos da expressão - umas vezes mais abertamente que noutras - duma maioria em Portugal. A longa agenda de celebrações da história nacional em que o Estado Português esteve envolvido desde 1986, fazendo uso desse recurso para (re)construir, de alguma forma, a ideia de nação é disso um exemplo (Almeida, 2004a; 2004c). Apesar de nação, grupo étnico e raça, não serem as mesmas coisas, o que é comum em relação aos três termos são ideias de descendência, origem, ancestralidade e pertença ao mesmo povo. Daqui a importância que as *idades de ouro* adquirem na identidade nacional, sobretudo se nalguns indicadores económicos se perde na comparação com outros países, como é o caso de Portugal<sup>8</sup>.

Aparentemente consensual, a definição da identidade nacional e da maioria é um campo que está, na realidade sujeito a lutas ideológicas. Isto envolve a politização da identidade nacional e da definição de quem nós somos e de quem não *nos* pertence. No discurso político, a politização da maioria tem-se manifestado, por vezes, em debates sobre cidadania, em directa relação com a imigração. O primeiro processo de legalização de imigrantes em 1992-1993 foi um grande ponto de transição, sendo, nas palavras de Fernando Luís Machado (1992), o «grau zero da politização da etnicidade» em Portugal. Nas últimas legislativas, a identidade nacional fez abertamente parte do discurso político e a imigração tornou-se, sobretudo para algumas alas da direita, uma bandeira eleitoral, associada, nomeadamente, à questão da segurança social e da incapacidade do Estado em suportar esses movimentos populacionais de imigração<sup>9</sup>.

---

asilo, em muitas partes do mundo, como por exemplo nos EUA, arquivando-se ou guardando na gaveta legislação mais liberal para regular a imigração. O debate tem sido, muito frequentemente baseado na premissa de que há algo de errado com a migração económica, resultando em medos e preconceitos, esquecendo que tais movimentos de pessoas trazem benefícios quer para os países de acolhimento quer para os países de origem. O exemplo dos Estados Unidos dos anos 90 mostra que um período de expansão sem precedentes foi conseguido em paralelo com um fluxo de imigrantes recorde (Almeida & Rodrigues, 2002).

<sup>8</sup> Geralmente, o que é celebrado é o *nosso* incomparável passado: «podemos ser modestos acerca do que *somos* mas, raramente, acerca do que *fomos*» (Lowenthal, 1994: 46). Uma razão porque a história assumiu um papel central nas definições da identidade nacional em Portugal está relacionada com uma constante característica do imaginário português: «a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, era o *termos sido*» (Lourenço, 1978: 25). Uma vez que Portugal perde na competição da prosperidade económica com os países vizinhos, muitos portugueses sentem-se orgulhosos, não com aspectos da modernidade de Portugal mas sobretudo com a *era de ouro* do passado e com características relacionadas com memória, história nacional e tradição (Almeida, 2004a). Daqui que o historiador José Mattoso tenha vindo em defesa do papel da história na construção da cidadania, quando um projecto de reforma da educação previa a redução nas horas de ensino da história: «A História é necessária para a aquisição da noção de tempo, data e contexto (...) sem o qual não é possível exercitar uma profissão, mesmo tecnológica, nem mesmo ser um cidadão consciente e responsável (...) Não faz sentido explicar isto ao Ministro da Educação de um país em que, durante os últimos quinze anos, a Comemoração dos Descobrimientos foi um dos seus principais objectivos» (Público, 13/4/99). Quando a Espanha apresentou no pavilhão na Expo'98 um retrato do rei Filipe II a desembarcar em Lisboa, parte da elite intelectual numa «Carta de 98 portugueses preocupados», criticando a administração da Expo'98 pois «não celebra [com dignidade suficiente] os Descobrimientos Portugueses, como seria legítimo, natural e desejável». Crítico da representação espanhola, este grupo de portugueses sublinhou que «Esta não é uma manifestação recente de nacionalismo nostálgico um largamente de uma afirmação imperial largamente e injusta e incompatível com a realidade do mundo de hoje e com as regras de sociabilidade entre os povos (...) Mas preocupa-nos que a afirmação imperial que o Estado Novo usou, prejudicando a verdade histórica, tenha sido substituída por uma atitude igualmente grave de desdém sistemático da nossa história (...), como se nós tivéssemos vergonha (...) a afirmação da nossa própria identidade é indispensável a nós portugueses e para todos relacionados com o mundo que Portugal criou. Nesse processo [de globalização], os que não têm passado, não têm futuro! Se nós deixarmos que o passado nos seja roubado, nós deixamos roubar o nosso futuro! (...) Ninguém respeita um povo não se respeita a si próprio» (Público, 4/4/1998).

<sup>9</sup> Dados recentes indicam que Portugal é o quarto país receptor de imigrantes da UE, atrás da Espanha, da Itália e da Alemanha. Face à diminuição da natalidade, estima-se a crescente necessidade de mão-de-obra imigrante no futuro próximo (Diário de Notícias, 6/9/2004).

Outras vezes, a mobilização da maioria acontece em associação à diferença de valores realçando a *nossa* partilha numa comunidade de história e destino. No discurso da tomada de posse, a 17 de Julho de 2004, o novo Primeiro-ministro Santana Lopes, fez questão de identificar um *nós, uma tradição, uns antepassados*. Num outro exemplo de mobilização da maioria no discurso político, o Presidente da República aproveitou o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas para afirmar que

*«não podemos dar direitos políticos a minorias que recusam os nossos valores e não acatam as nossas leis. Queremos receber dignamente, isso sim, os cidadãos livres que escolham partilhar o nosso destino colectivo e respeitar a nossa ordem jurídica»* (11/06/2002, a ênfase é nossa).

Apesar da crescente heterogeneidade demográfica da população, a retórica da coesão nacional persiste e o Estado promove uma cultura nacional inquestionável à qual as minorias se têm de acomodar. Desta maneira, a acção do Estado pauta-se frequentemente por um padrão de *zigzag* (Wallerstein, 1991) entre princípios universalistas e particularistas. Por exemplo, na Grã-bretanha, à medida que o Estado se preocupa em garantir o princípio universal da educação para todos, discute-se a introdução de um teste sobre a história e língua que os imigrantes, candidatos à cidadania britânica, terão que passar, com aproveitamento, para lhe ser garantida essa cidadania<sup>10</sup> (Independent, 04/09/2003). Em Portugal, à semelhança do que acontece nestes países, a nova lei que regula a entrada de estrangeiros no país - só em 2004 deverão legalizar-se mais de 250 000 imigrantes (Diário de Notícias 31/1/2004) -, introduz factores como o conhecimento da língua que, como refere o documento, «deve ser tido em conta, podendo, nos casos de contingência do número de vistos, constituir factor preferencial». Esta será uma forma de «reforçar as relações com os nacionais dos Estados culturalmente mais próximos de Portugal, como é o caso manifesto daqueles que fazem parte da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, e também dos imigrantes de outros países que já tenham tido contacto com a língua e a cultura portuguesas» (Público, 21/1/2004).

## Mediatização e etnicização da criminalidade

Estes exemplos de mobilização da maioria étnica com a politização da identidade nacional, tem sido acompanhada de várias expressões de ansiedade e de “ambivalência” ou ressentimento em relação à modernidade e mudança social. Este tipo de ansiedade em relação à modernidade pode incluir um certo sentido de nostalgia em relação ao passado nomeadamente em relação ao sentimento de perda do império e da posição do país no mundo. Pode incluir também ansiedades em relação às mudanças económicas e sociais, nomeadamente em relação à transferência de soberania para centros de decisão transnacionais ou a construção do projecto europeu e a perda de alguns símbolos nacionais como a moeda nacional ou outras mudanças não desejadas e vistas como desestabilizantes (Almeida, 2004, 2004 a; Kastoryano, 2004). À medida que Portugal se vai tornando uma sociedade multi-étnica, esta ansiedade também se expressa em relação à sua composição étnica, identificando um ou mais grupos como responsáveis, por exemplo, pelo aumento da criminalidade<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Depois de um discurso em que o Secretário da Administração Interna afirmou que as minorias deveriam aprender inglês e adaptar-se à cultura britânica, uma jovem mulher muçulmana britânica retorquiu que isso significaria embriagar-se todos os fins-de-semana e que não estava disposta a isso. Este caso ilustra os dilemas morais que as comunidades étnicas minoritárias, especialmente as compostas por aqueles que migraram para economias avançadas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos enfrentam, em torno da não coincidência entre costumes étnicos e religiosos e as moralidades que encontram no seu novo ambiente (Fenton, 2004).

<sup>11</sup> Num manual usado no Instituto Nacional Ciências Policiais e Criminais, é defendido que «a heroína entra, hoje, em Portugal hoje por via terrestre, sendo as redes responsáveis pelo seu transporte e comercialização constituídas maioritariamente por indivíduos de etnia cabo-verdiana (lembremo-nos de que a maior comunidade cabo-verdiana no estrangeiro instala-se em Portugal e a segundo reside na Holanda) mas também por cidadãos da Guiné (...) Ao nível da distribuição (...) uma outra minoria étnica

Dada a cobertura mediática de conflitos recentes na Europa e noutras partes do mundo, as minorias étnicas e os imigrantes são encarados com crescente suspeita e hostilidade, como uma ameaça ao emprego, à segurança, à cultura nacional, contribuindo para a cristalização da divisão *nós/eles*<sup>12</sup>.

Na realidade, em grande parte devido à cobertura dos meios de comunicação social de muitos incidentes envolvendo negros e ciganos, estes grupos minoritários são frequentemente associados com criminalidade, em particular ao tráfico de droga. Sempre que há uma onda de criminalidade, por exemplo uma série de roubos em comboios e bombas de gasolina, as associações cabo-verdianas têm que vir a público protestar contra a associação da comunidade cabo-verdiana aos actos de violência (Diário Notícias, 18/8/2000).

Os habitantes das *ilhas étnicas* em redor de Lisboa, conotados desta forma, queixam-se frequentemente do abuso de poder e de violência racista por parte da polícia. Mário Andrade, da Associação Unidos de Cabo Verde do bairro das Fontainhas afirma que «*nós* estamos mais inseguros que os *outros* porque *nós* somos atacados pela polícia e pelos bandidos. Estes são bairros tão seguros como quaisquer outros» (Entrevista com Mário Andrade, *Unidos de Cabo Verde*; a ênfase é nossa). A polícia diz, porém, que uma acção enérgica e forte da polícia é necessária<sup>13</sup>.

No *Público* o Chefe da Divisão da Amadora afirmou, sobre o Bairro das Fontainhas, que «é um antro de droga e *eles* têm que saber que *nós* não temos medo deles. Que *eles* não estão numa terra conquistada e que a polícia tem que entrar lá. Ele também disse que «eu farei as rusgas que quiser até que *eles* se comportem como pessoas» perguntando-se «quem quer ter pessoas assim como vizinhos?» (*Público*, 26/3; a ênfase é nossa)<sup>14</sup>.

Num editorial de *O Dia*, era escrito em 1996 que «A comunidade negra em Portugal é hoje uma séria ameaça à paz social» (Vala et al, 1999). *O Público* escreveu como título de uma

---

tem assumido alguma relevância. Trata-se de indivíduos, e de redes integradas por indivíduos de etnia cigana» (Figueira, 1995: 51).

<sup>12</sup> Ao longo da década de 1990, a sociedade portuguesa foi abalada por uma onda de expulsões, demolições de casas e destruição de acampamentos de ciganos e demonstrações de rejeição dos ciganos pelas populações. Esta onda foi extremamente mediatizada e a imagem de um cigano é, hoje, a imagem de encenqueiro, de criminoso, de traficante de droga. O SOS-racismo queixa-se do modo como os media seguiram o caso da família Garcia, acusada de tráfico de droga: «eles [os media] falaram do caso durante dois anos e, depois, nenhuma atenção foi dada a 3 polícias que estavam a ser julgados no mesmo assunto na mesma zona. Os agentes foram considerados culpados e João Garcia foi considerado inocente» (Diário de Notícias, 21/3/1998). Embora os ciganos estejam presentes em Portugal há séculos, eles são ainda hoje, *estranhos* para a cultura hegemónica portuguesa. A mais recente manifestação de uma certa *incompatibilidade* inclui as reacções e dificuldade de integração de uma turma de etnia cigana numa escola de Bragança no final de 2003 (A página da Educação, Janeiro 2004). Este e outros casos continuam também a mostrar que as «nossas escolas não estão organizadas para a diversidade cultural» (Souta, 1997: 101).

<sup>13</sup> Há evidências que sugerem que, em vários países, a experiência dos «negros é feita de resultados sistematicamente diferentes [quando comparada com outros grupos] quando entram no sistema judicial, e que estão mal representados em funções relacionadas com o poder - polícia, advogados, juízes - (...) as desigualdades de riqueza, o estatuto de minoria numérica, a força do racismo nas ideologias políticas pode combinar para resultar na falta de poder relativo dos grupos étnicos» (Fenton, 1999: 225). Em Portugal, a taxa de detidos estrangeiros em relação ao total de reclusos é de cerca da 11%, o mais baixo dos 13 países europeus analisados por Salvatore Palidda (1999). Mas a taxa de estrangeiros detidos era de 926 por cada 100 000 estrangeiros, uma das mais altas. Esta percentagem é maior apenas em Itália e Espanha. Este facto tem sido a razão para algumas denúncias de discriminação do sistema judicial para com grupos negros estrangeiros (Baganha, 1996 in Bastos & Bastos, 1999). Mas parece que os portugueses ciganos sofrem o mesmo tipo de discriminação, se não pior. Em 1998, a população cigana na prisão era proporcionalmente dez vezes maior que a população não cigana. Bastos & Bastos referem-se ao caso dos ciganos portugueses como «a mais grave e escandalosa de todas as situações de racismo e xenofobia registadas em Portugal» (1999: 155), concluindo que eles representam como que uma «última “colónia” que nos resta para o século XXI e a única da qual não nos “orgulhamos”» (Bastos & Bastos, 1999: 161).

<sup>14</sup> Em Maio/Junho de 2004, surge mais um caso, em que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa pede a exoneração de um responsável da polícia por declarações alegadamente racistas.

história sobre o PER<sup>15</sup>, criado em 1993, que «um “exército de sem-abrigo” está a chegar». Relacionado com a mesma história sobre imigração, «um fluxo sem controlo» era a manchete (Público, 24/4/2000).

Num artigo do semanário *Expresso*, sobre criminalidade em Lisboa, apontava-se que «a situação está fora de controlo» no «anel de pólvora» que cerca Lisboa, constituída pelos guetos, em que a «polícia não entra e onde os “gangues” impõem as suas próprias leis». No artigo o «“inevitável” problema étnico» era levantado, particularmente o da segunda geração<sup>16</sup>.

A etnicização da criminalidade pelos meios de comunicação social resulta, em parte, da prática comum de mencionar a origem étnica e *racial* dos prováveis autores de um crime. De acordo com as associações, o facto de que os media apenas vão para os bairros para informar de eventos negativos e a criação da ideia na população em geral da «etnicização do emprego e do desemprego» é uma das razões para que a população se torne desconfiada e susceptível a atitudes racistas e à xenofobia<sup>17</sup>. Ora, como Van Dijk realça, os *mass media* desempenham um papel central na reprodução do racismo, não apenas devido à influência simbólica e ideológica nos leitores moldando e mudando a mente social, mas também devido às suas relações com outras instituições de elite (Van Dijk, 1993).

### Considerações finais

Em Portugal, como noutros países, as políticas e os discursos em relação à nação e à imigração, ao controlo sobre a imigração e a integração assumem cada vez maior importância na agenda política.

Portugal, enquanto sociedade pós-colonial, tem funcionado, como alguns dos seus vizinhos, como sociedade de acolhimento para fluxos migratórios com origem nas suas anteriores colónias. Mas uma das especificidades do caso português, para além de tais fluxos populacionais ocorrerem muito mais tardiamente que noutras sociedades, tem a ver com o facto de que enquanto noutros países este movimento foi marcado pela ideia de *raça*, em Portugal, apesar do discurso imperialista ter tido lugar em torno da missão civilizadora da *raça nacional*, a ideologia Luso tropicalista tornou-se dominante e deu origem a ideias específicas sobre integração e igualdade (Almeida, 2003, 2004a; Venâncio, 1996).

Mas, como vimos, a ideia de maioria está, nos últimos anos, a tornar-se importante e problemática e à medida que a noção de Portugal *multicultural*<sup>18</sup> emerge, ideias tradicionais de cidadania e identidade nacional ficam sob pressão. A imagem do Portugal *multicultural* emerge num contexto de fortes mudanças económicas, sociais e culturais que podem constituir a fonte de algumas ansiedades, nomeadamente em relação aos *nossos* modos de vida, à *nossa* terra, ao *nosso* povo e à *nossa* nação, providenciando os contextos para a mobilização da maioria étnica. Nesta crescente politização da etnicidade, as ideias de Freyre e o luso tropicalismo são reconstruídas como permanente enquadramento do novo Portugal europeu e moderno<sup>19</sup>. Mas a gestão política destes temas e o futuro do projecto nacional dependerá, certamente, da capacidade de conciliar a utopia com a realidade.

---

<sup>15</sup> Programa Especial de Realojamento, criado em 1994, com o objectivo de realojar os habitantes dos *bairros de lata*, muitos deles, imigrantes.

<sup>16</sup> Dado este enquadramento, não admira que, numa investigação recente, alguns dos 213 inquiridos tenham manifestado a opinião, em relação aos imigrantes, de que «eles roubam lugares na faculdade», «eles vêm matar, roubar», «eles são invasores» e «eles são demasiados» (Almeida, 2001).

<sup>17</sup> O Código de Ética dos jornalistas contém uma provisão orientando os jornalistas para o cumprimento dos princípios fundamentais de direitos humanos e de restrição no encorajamento de sentimentos racistas. O Conselho de Imprensa emanou uma recomendação em Julho de 1998 em relação a uma série de artigos contendo afirmações baseadas na *raça*, *cor* e *origem étnica* ou incitamento do ódio racial.

<sup>18</sup> Noutros locais, discutimos o conceito e as políticas de multiculturalismo com mais profundidade (Almeida, 2003a, 2004b)

<sup>19</sup> O Alto-comissário para as Comunidades Imigrante e Minorias Étnicas, uma vez mais, repetiu que «as características culturais portuguesas são diferentes» das de outros países europeus. Ele invocou a «grande tradição multirracial» do país e a sua «proximidade com o africano, a maioria deles Cristãos» (Expresso, 13/9/1997). Para uma discussão mais aprofundada ver Almeida (2004a), Venâncio (1996) e Venâncio & Moreira (2000).

## Bibliografia

- ALMEIDA, José Carlos (2001), *Commemorations of Portugal: National Identity and Public Celebration*, Bristol, University of Bristol (Tese de Doutoramento)
- ALMEIDA, J. C. & RODRIGUES D. (2002). Terrorismo, Racismo e Violência Urbana, *Urbi & Orbi*, nº 121 <http://www.urbi.ubi.pt/020528/>
- ALMEIDA, José Carlos (2003), *National Identity, Colonialism and Youth. Luso-tropicalism Revisited*. Research Seminar *Resituating Culture: Reflections on Diversity, Racism, Gender and Identity in the Context of Youth*. Budapeste, Council of Europe
- ALMEIDA, José Carlos (2003a), *Nós e os Outros. A Escola, A Nação e as Políticas do Multiculturalismo*. E-Book da Midterm Conference Europe 2003 *Critical Education & Utopia. Emergent Perspectives for the 21st Century*. Lisboa, International Sociological Association
- ALMEIDA, José Carlos (2004) «Portugal, o Atlântico e a Europa. A Identidade Nacional, a (re)imaginação da Nação e a Construção Europeia». *Nação e Defesa*, Nº107, 2ª Série, pp. 147-172.
- ALMEIDA, José Carlos (2004a). *Celebrar Portugal: A Nação, as Comemorações Públicas e as Políticas de Identidade*. Lisboa: Editora Piaget (no prelo).
- ALMEIDA, José Carlos (org.) (2004b), *Educação, Políticas Educativas e Multiculturalismo*. Lisboa, Editora Piaget (em preparação).
- ALMEIDA, José Carlos (2004c) Memória e Identidade Nacional. As Comemorações Públicas, As Grandes Exposições e o Processo de (re)construção da Nação. Paper para a área temática Pós-Colonialismo, Lusofonia e Reconstrução da História do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Coimbra.
- BAGANHA, Maria I. (ed.) (1997), *Immigration in Southern Europe*. Oeiras, Celta.
- BASTOS, J. & Bastos, S. (1999), *Portugal Multicultural*. Lisboa, Fim de Século.
- COVAS, M. M (2004), *Portugal na Rota da Imigração dos Cidadãos Comunitários: O Caso da Região Algarvia*. Paper no Vº Congresso Português de Sociologia. Braga, Associação Portuguesa de Sociologia.
- FENTON, Steve (1999), *Ethnicity. Racism, Class and Culture*. London, MacMillan.
- FENTON, Steve (2003), *Ethnicity*. Cambridge, Polity Press.
- FENTON, Steve (2004), “Modernidade, Etnicidade e Religião”, in Rodrigues, Donizete (ed.) *Em Nome de Deus: A Religião na Sociedade Contemporânea*, Porto, Afrontamento, pp. 53-75.
- FIGUEIRA, João P. (1995), *Manual de Apoio*. Loures, Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais.
- FRANÇA, Luís de (org.) (1992), *A Comunidade Cabo Verdiana em Portugal*. Cadernos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, nº 23.
- GREENFELD, L. (1993), *Nationalism: Five Roads to Modernity*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- KASTORYANO, Riva (org.) (2004, *Que Identidade para a Europa? O Multiculturalismo e a Europa. O Problema da Identidade Europeia*. Lisboa, Ulisseia.
- LOURENÇO, Eduardo (1978), *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa, Publicações D. Quixote.



- LOWENTHAL, David (1994), "Identity, Heritage, and History" in John R. Gillis (ed.), *Commemorations. The Politics of National Identity*. Princeton, Princeton University Press, 41-57.
- MACHADO, Fernando Luís (1992), "Etnicidade em Portugal: Contrastes e Politização", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 12, 123-136.
- MACHADO, Fernando Luís (1997), "Contornos e Especificidades da Imigração em Portugal", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 24, 9-44.
- MALHEIROS, Jorge M. (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa. Os Anos da Mudança. Imigração e o Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*. Lisboa, Edições Colibri.
- PALIDDA, Salvatore (1999), "La Criminalisation des Migrants", *Actes de la Recherche en Sciences-Sociales*, nº 129, 39-49.
- RATTANSI, A. (1994), " 'Western' Racisms, Ethnicities and Identities in a 'postmodern' frame", in A. Rattansi & S. Westwood (eds.), *Racism, Modernity and Identity on the Western Front*. Cambridge, Polity Press, 15-86.
- RATTANSI, A. & Westwood, S. (1994), "Modern Racisms, Racialized Identities", in A. Rattansi & S. Westwood (eds.), *Racism, Modernity and Identity on the Western Front*. Cambridge, Polity Press, 1-12.
- SAINT-MAURICE, Ana (1997), *Identidades Reconstruídas. Cabo-Verdianos em Portugal*. Lisboa, Celta.
- SOUTA, Luís (1997), *Multiculturalidade & Educação*, Porto, Profedições.
- TELO, A. J. (1997), "Treze Teses Sobre a Disfunção Nacional - Portugal no Sistema Internacional", *Análise Social*, Vol. XXXII (142), 649-683.
- VALA, J. et al (1999), *Expressões dos Racismos em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- VAN DIJK, T. A. (1993), *Elite Discourse and Racism*. London, Sage.
- VENÂNCIO, José C. (1996), *Colonialism, Antropologia e Lusofonias. Repensando a Presença Portuguesa nos Trópicos*. Lisboa, Vega.
- VENÂNCIO, J. C. & Moreira, A. (2000), *Luso-Tropicalismo. Uma Teoria Social em Questão*, Lisboa, Vega.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1991), "The Ideological Tensions of Capitalism: Universalism versus Racism and Sexism" in E. Balibar & I. Wallerstein, *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. London, Verso, 29-36.
- WIEVIORKA, Michel (1994), "Racism in Europe: Unity and Diversity" in Rattansi, A. & Westwood, S. (eds), *Racism, Modernity and Identity on the Western Front*. Cambridge, Polity, 173-188.